

Utilitarismo e bem-estarismo

Esclarecimentos para aprofundar a compreensão das diferenças substanciais com relação à Teoria dos Direitos Animais



Ana María Aboglio

©Tradução: Regina Rheda

© 2008 Anima - Ética para os Direitos Animais

Publicado em: www.anima.org.ar

Utilitarismo

O utilitarismo, enquanto teoria normativa de filosofia moral, não pode ser identificado com um pensador único e seus discípulos. Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) foram dois de seus grandes precursores, mas aqueles que os seguiram diferem, às vezes, o suficiente para nos perguntarmos se não estariam no terreno de outra doutrina que tenha o mesmo eixo central do pensamento utilitarista. Henry Sidgwick (1838-1900), Richard Hare (1919-2002), seu discípulo Peter Singer e, na Argentina, Martín Diego Farrell são outros utilitaristas conhecidos.

A influência do utilitarismo na filosofia ética normativa –ao menos até os anos 70– foi considerável, entre outras razões pelo mínimo de pressupostos metaéticos que exige. Desde o início, o utilitarismo esteve ligado ao liberalismo político e econômico, fornecendo-lhe os princípios para a realização de seus propósitos. Nos últimos anos, principalmente, sua concepção do bem foi criticada e lhe foram atribuídas implicações morais contrárias ao senso comum ou resultados irracionais. Em 1971, John Rawls (1921-2002) publicará sua Teoria da Justiça na tentativa de produzir uma alternativa à filosofia moral dominante utilitarista, após a conciliação dos valores da liberdade e da igualdade para possibilitar a vida democrática.

Como idéia básica, o utilitarismo considera que o valor ou o desvalor moral de uma ação ou instituição depende das conseqüências que essa ação ou instituição acarreta para que seja possível um estado de coisas que se julgue bom ou mau. Este conseqüencialismo contrasta, assim, com as posições deontológicas, ou do dever –como as de Kant–, aquelas que seguem determinados princípios que levam a prescrever ou proibir certas ações, independentemente de suas conseqüências. Farrell irá incorporar o conceito de direitos individuais como instância prévia; esses

direitos não seriam absolutos e poderiam ser desconsiderados, não por causa de outros direitos de alguma categoria superior, mas por considerações de utilidade. A idéia é que eles podem ser desconsiderados, mas nem sempre.

A partir daí começam as divergências para definir que estados de coisas são bons ou maus, intrinsecamente considerados. Só para mencionar duas esferas desse debate, em uma delas temos as diferenciações que se dão entre o utilitarismo egoísta e o universalista, e em uma segunda esfera distinguimos um utilitarismo hedonista, outro idealista e outro, subjetivista. Poderíamos dizer que, em termos gerais, o utilitarismo defende o princípio da "maior felicidade", que deve ser levado em conta na hora de avaliar as ações e instituições humanas. A correção de um ato estaria dada pelos seus efeitos totais na felicidade de todos aqueles afetados pelas conseqüências desse ato. E por felicidade entendemos a soma de prazeres, ou de satisfação de interesses ou determinadas preferências.

Uma divisão entre tipos de utilitarismos que nos interessa é a que se originou entre o utilitarismo de ato e o de regra.

O utilitarismo de ato estabelece que uma ação é moralmente correta quando seus efeitos incrementam, em vez de diminuir, a felicidade geral. O utilitarismo de regra sustenta que o princípio da utilidade não deve ser aplicado diretamente para avaliar os atos individuais, mas deve se aplicar às práticas, regras ou instituições que sirvam para determinar a moralidade dos atos individuais. O ato de avaliar fica assim submetido à aplicação de uma determinada regra. Seus adeptos asseveram que esta mediação entre o princípio de utilidade e os atos permite evitar certos resultados nefastos, como a justificação da tortura de um inocente, para evitar males maiores a outros. Contudo, autores como H. M. Hare sustentam que quando o utilitarismo de ato se combina ao princípio da universalização, estamos dentro do utilitarismo de regra. Este autor propôs, em 1981, o utilitarismo de preferência, frente ao utilitarismo de felicidade.

O lugar de Peter Singer

Quando Singer publicou, em 1975, seu conhecido *Animal Liberation*, que depois foi traduzido para vários idiomas, produziu uma grande eclosão no mundo da defesa animal. A denúncia das atrocidades que se cometiam contra os animais não-humanos, especialmente em laboratórios e fazendas industriais, mobilizou muitas pessoas a se preocuparem com a questão animal, para além dos cães e gatos de companhia, cujo amparo sempre se apoiou e se propiciou. Para estes últimos, então, já havia, há muitos anos, certa proteção e também a sanção de normas reguladoras da escravidão animal: as normas do chamado bem-estarismo legal.

Singer repetiu, de alguma maneira, o que Jeremy Bentham e outros pensadores anteriores haviam feito: ele condenou o ato de causar sofrimento aos animais não-humanos, sem questionar a utilização de animais. Como fez isso com sua habitual escrita não-acadêmica, e focalizando os sistemas intensivos de criação de animais para comida assim como as crueldades tão próprias da experimentação com animais, sua posição filosófica não apareceu de forma tão explícita quanto sua denúncia do especismo e das condições mais aberrantes da exploração não-humana.

Ao divulgar o conceito do termo "especismo" (*speciesism*), criado por Richard Ryder em 1970, equiparando-o a qualquer outra discriminação eticamente objetá-

vel, Singer estabeleceu em seu livro que a aplicação do princípio da igual consideração, livre de especismo, leva a que o sofrimento dos animais não-humanos importe tanto quanto o sofrimento dos humanos. Ele não condenou per se o uso de animais tratados humanitariamente e mortos com o mínimo de sofrimento possível. Por isso, hoje, o filósofo australiano lamenta que muitas pessoas tenham entendido seu livro *Libertação Animal* como um apoio ao vegetarianismo ou ao veganismo¹.

Ele também expressou claramente, na entrevista publicada na revista *Viva*, do jornal *Clarín*, em fevereiro de 2004 (ainda que convidasse ao vegetarianismo para rejeitar as fazendas de produção intensiva de animais): "... De qualquer maneira, eu não estou dizendo que nunca seja válido matar um animal porque ele tenha direito à vida; o que eu digo é que é errado submetê-lo a sofrimento sem uma causa válida". Coerente com sua postura, que aplica sem especismo (ao menos segundo o paradigma utilitarista), declarou também que "... comê-los tampouco é necessário. É um luxo, um prazer, não uma necessidade. E a questão não é só matá-los ou não, mas quais as condições em que nós os criamos para abatê-los, condições que não respeitam sequer as mínimas necessidades dos animais..."².

Em primeiro lugar, Singer argumenta que devemos aplicar o princípio da igual consideração de interesses sem especismo, dando igual peso, em nossas deliberações morais, aos mesmos interesses de todos aqueles que estejam sendo afetados por nossas ações (Singer, 1993). Dado que os não-humanos podem experimentar dor e sofrimento, eles têm interesse em evitar tais experiências, razão pela qual já é condenável, logo de início, toda e qualquer prática de criação intensiva para comida. Não fazer isso seria incorrer em especismo. Rejeitado o especismo, nosso interesse em satisfazer o paladar não vale mais do que o interesse dos bezerros, cavalos, galinhas e cães em não sofrer.

Para refutar a postura de que todos os humanos e somente os humanos merecem total consideração moral, Singer emprega dois argumentos: o dos casos marginais e o da rejeição a certas características humanas, tais como a racionalidade, a autonomia ou a possibilidade de atuar moralmente, como sendo características relevantes para dar peso moral aos implicados.

Singer se posiciona dentro do chamado utilitarismo de regra, igual a Bentham. Mas, diferentemente dos clássicos, com sua consideração do "prazer" como sendo o maior valor, Singer se alinha com o chamado utilitarismo de preferência, segundo o qual uma ação contrária à preferência de um ser é incorreta, exceto se essa preferência for superada por preferências contrárias de maior peso. Esta exceção faz com que Tom Regan e outros filósofos não utilitaristas considerem que, no fim das contas, os interesses dos indivíduos sempre acabam importando mais do que os próprios indivíduos, e por esta razão eles criticam inclusive a versão contratualista de Rawls.

Avancemos um pouco mais na postura de Singer. Um indivíduo tem valor não apenas por sua capacidade de sofrer ou desfrutar, mas também por suas preferências em relação ao futuro e seu desejo de continuar vivendo. Matar uma pessoa é errado se isto for contra a sua preferência, exceto se isto for neutralizado por preferências contrárias. Singer crê que os animais que não são autoconscientes não têm um senso de futuro e, portanto, não têm interesse em continuar vivendo. Por isso ele diz que:

"...é possível que matar animais que não sejam conscientes de si mesmos não seja errado em certas circunstâncias: quando se mata, sem dor, animais que levam uma vida prazerosa, sua morte não faz outros animais sofrerem e

a morte de um animal faz com que seja possível substituí-lo por outro que, se não fosse assim, não teria vivido”³.

Como Bentham, Singer considera que podemos utilizar estes não-humanos como recursos, sem questionar, em nenhum caso, a escravidão animal (Francione, 2000). Ele aplicaria, então, nestes casos, o princípio da substitubilidade, segundo o qual um animal sempre pode ser substituído por outro, depois de morto “humanitariamente”.

Esclarecimentos e diferenças

No último dia de 2005, quando entrevistado no jornal (página 12), Singer manifestou que não via nada de eticamente errado em comer carne⁴. Em 27 de janeiro de 2007, o Clarín publicou a tradução para o espanhol de um artigo dele, que havia sido publicado em inglês no Project Syndicate. Baseando-se no convite feito pelo professor de Princeton para comermos carne de porco mais bem tratado antes de seu assassinato, o texto do Clarín se intitula: “Antes de pedir presunto, pergunte como costumam tratar os porcos”⁵. Com intenção irônica ou não, o título inevitavelmente transmite uma ironia, e ela provém do fato de que é impossível considerar que seja um bom trato, para um ser, o ato de manipulá-lo para matá-lo, olhando-o como fonte de prazer gastronômico em geral, ou como um meio com o qual se especula para se obter lucros. A mensagem é: Não coma qualquer presunto, tenha pena do objeto em seu prato. No artigo, Singer se mostra contente com a preocupação que os americanos têm com o bem-estar dos futuros presuntos, por sorte comparável à dos europeus. Mas lamenta a falta de uma legislação reguladora, que é impedida pela pressão dos milhões fornecidos pelo setor agroindustrial para financiar as campanhas dos políticos do Congresso que querem ser reeleitos.

Singer diz que o problema está –conforme descreve no livro escrito em co-autoria com Jim Mason, *The Way We Eat* [publicado no Brasil com o título de *A Ética da alimentação*]– na falta de decência no tratamento do animal antes da morte. Poderia parecer que Singer não tem consciência do alto grau de violência que se tem de exercer para se matar, diariamente, uma grande quantidade de seres sencientes que querem continuar vivos. No artigo *Abolition of Animal Exploitation: The Journey Will Not Begin While We Are Walking Backwards* ([Abolição da exploração animal: a jornada não começará enquanto estivermos andando para trás](#)) Gary Francione responde ao texto de Singer e Mason, *The Longest Journey Begins with a Single Step: Promoting Animal Rights by Promoting Reform* (A jornada mais longa começa com um simples passo: promover os direitos animais promovendo reformas)⁶. Em uma passagem, Francione declara:

“Essa visão –a de que não é o uso, em si, mas somente o tratamento– é o fundamento da ideologia bem-estarista e difere da posição dos direitos animais por mim articulada. Eu afirmo que se os animais tiverem interesse na existência continuada –e eu argumento que todos os seres sencientes o têm– então o nosso uso deles como recursos (independentemente de quão “humanitariamente” os tratemos) não pode ser moralmente defensável, e nós devemos procurar abolir, e não regulamentar, a exploração animal.

Coerente com sua própria visão, Singer chegou ao ridículo de admitir o sexo com animais, contanto que não se cause sofrimento a eles⁷. Ele também apóia a experimentação com animais que seja proveitosa para o humano –todas, segundo

afirmam aqueles que fazem experimentos, que são quem decide⁸, assim como o consumo compassivo por parte do “onívoro consciencioso”, tal como afirmou em seu último livro citado.

A atual situação de escravidão em que colocamos os animais requer que conheçamos a posição dos autores que escolhemos citar e evitemos usar algumas de suas declarações só por serem simpáticas, compassivas, ou convenientes para lidarmos com uma determinada situação parcial. Isso é necessário porque, se não falarmos as coisas com clareza, se acreditarmos que todos estamos lutando pelo mesmo objetivo, continuaremos parados neste mesmo lugar de governo e domínio sobre os animais por parte das pessoas que lucram com eles, ajudadas pela conformidade de um ser humano violento, incapaz de reconhecer o quanto fere a quem deveria proteger e respeitar.

Peter Singer é o referente atual do movimento pelo bem-estar animal iniciado no começo do século 19, refletido nas preocupações majoritárias da sociedade com os maus-tratos a não-humanos, e plasmado nas leis que regulamentam a exploração dos animais e lhes dão certa proteção geral, seja em se tratando de pequenas contravenções (*petty misdemeanors*), seja em se tratando de crimes (*felonies*). O utilitarismo é o núcleo central do bem-estar animal legal. Os cálculos utilitaristas incluem as dificuldades que surgem em diferentes âmbitos.

Por qualquer caminho que se tome, o vegetarianismo de Singer depende da maneira como foram tratados e mortos os animais criados para o propósito de nos servir de comida. Singer considera que, se aceitarmos que a capacidade para sentir dor seja suficiente para outorgarmos, a um ser, o direito à vida, teremos de outorgar o mesmo direito a todos os “animais vertebrados normais, posto que há mais evidência de atividade cerebral e capacidade para sentir dor, inclusive nos vertebrados com cérebros relativamente pequenos como as rãs e os peixes, do que nos fetos à décima semana de gestação”⁹. E que, se rejeitarmos uma mudança “tão radical” no nosso tratamento dos animais não-humanos, teremos de sustentar que se pode matar o feto por razões triviais, assim como se pode matar ratos para testar corantes de alimentos, ou porque algumas pessoas preferem o sabor de um peixe ao do tofu. A postura intermediária seria aquela em que poderíamos matar fetos e não-humanos com um nível semelhante de consciência, contanto que isso fosse feito sem dor ou aflição, ou se, “apesar de causar alguma dor ou aflição, a necessidade de matar o feto ou o animal não-humano for suficientemente séria para ter mais peso do que a dor ou a aflição causada”¹⁰. Assim ele conclui que as pessoas que se opõem ao aborto tardio por causa do sofrimento do feto deveriam ser vegetarianas para não ser especistas¹¹.

Os cálculos do bem-estar animal vão muito de acordo com uma visão utilitarista dos demais animais. E, se não se questiona a escravidão em si, a colocação substancial se perde na descrição exaustiva e amplamente ilustrada das condições em que se pratica a exploração, consistente, por outro lado, com os avanços técnico-científicos e o controle e influência exercidos por quem lucra com os não-humanos, através dos meios e educação oficiais e das entidades que difundem a visão conservacionista/bem-estarista.

Singer resiste a aceitar que o impulso vital de todos os animais a continuar vivendo -do qual eles dão provas em todos os atos de sua vida cotidiana, seja qual for o estado de “avanço científico” que possa ou não comprová-lo- significa que os animais desejam viver porque dão valor à vida. A afirmação de que um ser pode ser consciente sem ser autoconsciente é de fato problemática. Inclusive supondo-se que determinados humanos não sejam autoconscientes, poderíamos, como faz Paola Cavalieri, criticar essa tese de vincular o dano da morte à condição de ser autoconsciente (Cavalieri, 2001)¹². Tenho sempre a sensação de que este autor não se

conecta com a alteridade não-humana e por isso tem percepções alheias a esta. Singer não pode nem deve ser referente para aqueles que lutam pelos direitos animais porque no núcleo de sua filosofia está a chave para negar esses direitos.

Diferenciemos agora, claramente, a postura de Singer da postura dos autores-chave em matéria de direitos animais e vejamos também as diferenças entre estes: Tom Regan e Gary Francione.

Tom Regan postula que sejam dados direitos morais aos não-humanos "sujeitos-de-uma-vida" porque estes têm "valor inerente" e, portanto, são pacientes morais. Isso significa que os sujeitos-de-uma-vida são "fins em si mesmos", como estabelecia Kant apenas em relação aos seres humanos. O valor dos animais não é instrumental. Regan elabora uma teoria própria, em vez de aplicar, ao tema de que nos ocupamos, uma doutrina previamente elaborada. O núcleo de seu sistema de valor não reside, como no utilitarismo, nas sensações de dor ou prazer ou nas preferências. Regan não separa os agentes morais dos pacientes morais, e tampouco separa os pacientes morais não-humanos dos humanos, pois isto seria especista. Todos os sujeitos-de-uma-vida têm o direito moral básico de ser tratados com respeito para, assim, se reconhecer seu valor inerente¹³.

Gary L. Francione nega que a postura bem-estarista atribua significado moral aos animais, já que tal postura mantém o estatuto de propriedade dos mesmos, permitindo seu uso como meios para os fins humanos. Ao não desafiar a condição de propriedade, o bem-estarismo afinal não consegue dar valor moral aos animais. É Francione que vai desenvolver a postura dos direitos animais em sua abordagem abolicionista, considerando que equilibrar os interesses dos proprietários dos não-humanos (que têm direitos legais porque são, legalmente, "pessoas") com os interesses dos animais não-humanos (que não têm direito nenhum justamente por serem, legalmente, "coisas") é uma utopia impossível. Abolir a condição de propriedade é fundamental para se atribuir importância moral aos animais não-humanos¹⁴. Todos os dias temos provas de que esta abordagem é a chave da problemática animal não-humana. Segundo Francione, o embasamento filosófico para uma ética libertadora se firma no princípio da igual consideração de interesses, que, como questão ética fundamental, sustenta que devemos tratar casos iguais do mesmo modo: "Cada um contará por um e nenhum por mais de um".

Embora Francione coincida com Regan quanto à idéia de que os animais têm direitos e que reconhecer isto implica abolir a exploração institucionalizada dos animais, sua postura difere da de Regan em ao menos 4 sentidos:

1º) Francione não restringe a classe de animais protegidos àqueles descritos por Regan como "sujeitos-de-uma-vida", ou seja, fundamentalmente todos os mamíferos com um ano de idade ou mais. Os frangos e outras aves são seres inteligentes, seres sencientes com uma vida experiencial. Os peixes também têm experiências subjetivas e são capazes de sofrer, e por isso são incluídos.

2º) Embora Regan considere que todos os "sujeitos-de-uma-vida" sejam iguais em seu valor moral e portanto não podem ser tratados como meios para fins dos outros, ele afirma que os animais são cognitivamente inferiores aos humanos e que a morte é um dano maior para os humanos do que para os animais não-humanos. Por isso Regan, em situações de emergência em que precisássemos escolher entre salvar um humano ou um animal, considera que estaríamos obrigados a salvar o humano e não o animal, e inclusive a salvar um só humano em detrimento de um milhão de não-humanos. Francione –que toma a senciência como única característica de importância entre aquelas que se ajustam ao conceito "sujeitos-de-uma-vida"– crê que, em si-

tuações de verdadeira emergência, embora se possa justificar que devemos escolher salvar o humano em vez de salvar o animal, também se pode justificar salvar o animal não-humano, em vez do humano.

3º) Francione focaliza a condição legal de propriedade, diferentemente de Regan. Argumenta que aos animais basta um só direito: o de não ser tratados como propriedade ou recurso.

4º) Francione argumenta que o direito de não ser tratado como propriedade pode ser derivado diretamente do princípio da igual consideração, sem necessidade de se recorrer à complicada teoria reganiana dos direitos.

Sem dúvida fica confuso afirmar primeiro –como faz Regan– que todos somos iguais, para depois conferir prevalência à vida humana e, em casos de escolha urgente, dar mais valor à vida humana.

Eu compartilho a postura abolicionista. Com simplicidade e clareza, ela marca o caminho para nós que rejeitamos o holocausto animal que, admitindo cotas aceitáveis de sofrimento em escala antropocêntrica, tem como único legado a produção de cadáveres. Se toda época sonha com a seguinte, conforme escreveu W. Benjamin, este é o momento de se engendrar a autêntica libertação animal. Se ela habita o pensamento, vai se materializar na prática diária. Ela não chegará pelas mãos de quem propaga que os oprimidos podem ser “compassivamente” violentados, assassinados, torturados.

Bibliografia

- Bentham, J., *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, Amherst, New York: Prometheus Books, 1988.
- Cavalieri, P., *The Animal Question. Why Nonhuman Animals Deserve Human Rights*. Oxford University Press, 2001.
- Farrell, M. D, *Utilitarismo, Ética y política*, Abeledo Perrot, Buenos Aires, 1983.
- Francione, G.L, *Introduction to Animal Rights, Your Child or the Dog?*, Temple University Press, Philadelphia, 2000.
- Francione, G.L. *Animals, Property, and the Law*, Philadelphia, Temple University Press, 1995.
- Hare, R.M., *Moral Thinking*, Clarendon Press, Oxford, 1981.
- Mill, J.S., *El Utilitarismo*, Alianza, Madrid, 1984.
- Regan, T. *The Case for Animal Rights*, Berkeley, University of California Press, 1983.
- Singer, P., *Practical Ethics*, Cambridge University Press, 1995.
- Singer, P., *Liberación Animal*, Ed.Trotta,1999.
- Singer, P. (ed.) *In Defense of Animals*, Harper and Row, New York, 1986.

Notas

¹ Singer Says. The Satya interview with Peter Singer.
<http://www.satyamag.com/oct06/singer.html>

² Preguntas incómodas. Viva, Revista de Clarín, 29-2-04.

³ Singer, P., *Practical Ethics*, Cambridge University Press, 1995, p.165.

⁴. La vida y sus alrededores. Página12. 31-12-05.

<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-2723-2005-12-31.html>

⁵ Singer, Peter. Clarín, 28-1-07 <http://www.clarin.com:80/suplementos/zona/2007/01/28/z-03501.htm>

⁶ Francione, Gary, Abolition of Animal Exploitation: The Journey Will Not Begin While We Are Walking Backwards. *Ánima*, <http://www.anima.org.ar/liberation/approaches/abolition-animal-exploitation-the-journey.html> disponível em 10-2-07.

⁷ Singer, Peter. Heavy Petting. <http://www.nerve.com/Opinions/Singer/heavyPetting/main.asp>

⁸ Father of animal activism backs monkey testing. *The Sunday Times*, November 26, 2006. <http://www.timesonline.co.uk/article/0,,2087-2471990,00.html>

⁹ Singer, Peter, *Repensar la vida y la muerte*, Paidós, 1997.

¹⁰ Idem nota 9, p. 206.s

¹¹ Para evitar a possibilidade de que comê-los afete nossa forma de considerá-los, Singer diz que seria melhor não comê-los do ponto de vista da moral prática, exceto se for necessário para sobrevivermos, porque comê-los nos faz:

“considerá-los como objetos que podemos utilizar à vontade. A vida deles conta pouco quando comparada com nossos meros desejos. Enquanto continuarmos com essa forma de utilização dos animais, será impossível mudar, como deveríamos, nossas atitudes com relação aos animais. Como conseguir que as pessoas respeitem os animais e se preocupem de maneira equitativa com os interesses deles, se elas continuam a comê-los por puro prazer?” (Singer, P., idem nota 3, p. 166).

Mas esse argumento –chamado de “slippery slope”– é tomado pelo autor como uma possibilidade que deveria se verificar em cada caso quando se trata da eutanásia em humanos, quer dizer, que considera que terá de se provar se realmente há um convite a seguir por uma via determinada se se atua sempre desse modo. Poderíamos crer que Singer vê da mesma forma o caso de que nos ocupamos.

¹² Havendo elaborado um projeto de direitos para os grandes símios sobre a base já reconhecida de que esses animais têm características intelectivas semelhantes às dos humanos, o filósofo australiano Singer foi criticado por ser especista devido à base ética sobre a qual pedia esses direitos. É claro que já poderiam ser lançados vários projetos semelhantes sobre essa mesma base, por exemplo, um para a *Apehlocoma Californica*: um estudo publicado em 22 de fevereiro de 2007 em *Nature* informa que essa ave é capaz de fazer planos para o futuro, que é uma capacidade cognitiva complexa atribuída somente a humanos e grandes símios. Mas esta não é a base ética sobre a qual atribuímos aos não-humanos o direito de não serem considerados recursos para fins humanos.

¹³ Regan, T. *The Case for Animal Rights*, Berkeley, University of California Press, 1983.

¹⁴ Francione, Gary L., *Introduction to Animal Rights. Your Child or the Dog?*, Temple University Press, 2000.

@ 2007 Ana María Aboglio
@ Tradução: Regina Rheda